

TÓPICOS ESPECIAIS DE CONJUNTURA

Empresários, estratégia política e revisão constitucional*

*Denise Barbosa Gros***

Nos meios acadêmicos e nas instituições dedicadas à pesquisa, costuma-se ouvir de economistas e cientistas sociais que um dos problemas do nosso país é a falta de um empresariado moderno, capaz de propor um projeto político e econômico que ajude a resolver a crise brasileira.

Dentre os pesquisadores que se dedicam a esse tema, não se tem conhecimento de um projeto hegemônico, que represente o consenso de todas as frações do empresariado brasileiro e que contemple também as necessidades dos demais setores da sociedade. Contudo não podemos ignorar a existência de propostas ou mesmo de interesses bem definidos, que foram defendidos por meio de intensa mobilização política dos empresários durante os trabalhos da Assembléia Constituinte, em 1987 e 1988, mobilização esta que se repete desde o início do processo de revisão constitucional, em outubro do ano passado.

A partir da observação de alguns movimentos das lideranças empresariais na atual conjuntura política, pretendemos, neste breve comentário, levantar três questões. A primeira refere-se à existência, no meio empresarial, de proposições para a solução de grandes questões nacionais. Abordaremos, em especial, as propostas elaboradas por empresários que se autodenominam liberais. A utilização do *lobby* como estratégia de ação política para defender essas sugestões se constitui na nossa segunda questão. E, finalmente, discutiremos a utilização dessa estratégia num país com tantas contradições e desigualdades e uma tradição política elitista como a nossa.

Empresários e propostas

O noticiário recente apresenta vários exemplos que vêm reforçar a primeira questão que pretendemos levantar: se não existe um projeto hegemônico, ao menos segmentos significativos do empresariado brasileiro têm idéias muito definidas sobre vários problemas do País e estão usando de todos os recursos a seu dispor para ver essas propostas aprovadas na revisão constitucional. Apontaremos, a seguir, três eventos que ilustram essa afirmação.

* Este texto foi elaborado com informações disponíveis até 31 de março de 1994. A autora agradece ao Professor Sebastião C. Velasco e Cruz a inspiração para algumas questões abordadas neste comentário e a Tanya Barcellos, Clarisse Castilhos, Anete Jalfin e Flávio Fligenspan pelos comentários valiosos ao texto.

Brasília, março de 1994. Aproximadamente 300 empresários e dirigentes de entidades empresariais de todo o País se reuniram na sede regional da Confederação Nacional da Indústria (CNI), para homenagear o Ministro Fernando Henrique Cardoso (FSP, 23.3.94, p.8). Na ocasião, entregaram ao Ministro o documento intitulado **Carta ao Poder**, contendo as suas sugestões para a revisão constitucional, considerada pelos empresários como uma etapa fundamental para municiar o País de normas que permitirão colocá-lo à altura da concorrência internacional. Essa proposta, centrada na diminuição da presença do Estado na regulação econômica, é resultado de um consenso obtido pelos empresários em discussões que vêm ocorrendo desde o ano passado. O referido documento está sendo levado ao Congresso por um *lobby* composto por 37 entidades empresariais, estando entre elas a CNI, a FIESP e a Federação Nacional de Bancos (FEBRABAN), e coordenado por Jorge Gerdau Johanpeter, Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia (FSP, 19.2.94) e um dos fundadores do Instituto Liberal.

As sugestões dos empresários para a revisão constitucional referem-se, principalmente, aos seguintes itens: a simplificação da estrutura tributária, com redução do número de impostos e da taxaçoão sobre o lucro; o fim dos monopólios estatais; a abertura total da economia através da igualdade no tratamento dos capitais estrangeiros e nacionais; a reforma da Previdência Social, através da separação entre a seguridade social, a ser privatizada, e o atendimento de saúde, a ser financiado pela União; a instituição do voto distrital misto, com diminuição do número de partidos e maior respeito à fidelidade partidária; e aprimoramentos nos campos político e judiciário, que incluiriam melhor distribuição de encargos e maior definição de atribuições entre União, estados e municípios, bem como a diminuição de prazos e custos do Poder Judiciário (Isto É, 1994, p.55; Exame, 1994, p.98).

O *lobby* organizado pelos empresários é coordenado por uma secretaria técnica que funciona em Brasília, no escritório de representação do Instituto Brasileiro de Siderurgia. Ela se organiza em torno de um comitê político, composto pelos presidentes das grandes entidades empresariais do País e de um comitê executivo, subdividido em cinco núcleos: inteligência, comunicação, operação, logística e redação (FSP, 19.2.94, p.9). Na base, ficam os grupos de apoio setoriais.

A função de todo esse aparato de assessoria montado pelos empresários é típica de um *lobby*: redigir emendas, justificativas e discursos para servirem de subsídio aos parlamentares; apoiar a comunicação nas bases dos parlamentares e coordenar a ação sobre os congressistas em geral. Os parlamentares são divididos pelos empresários em dois grupos: aqueles que apóiam os interesses empresariais e os que têm posições contrárias (os parlamentares do PT, do PDT, do PC do B, do PSB e do PSTU), entre os quais, não obstante, os empresários ainda esperam encontrar algumas adesões (FSP, 19.2.94, p.9).

Porto Alegre, março de 1994. Um público de centenas de pessoas, entre elas muitos executivos e jovens empresários, lotou o VII Fórum da Liberdade, promovido pelo Instituto de Estudos Empresariais¹, entidade formada exclusivamente por empresários, para discutir e divulgar o liberalismo entre os seus pares. A pauta do encontro foi a crise da educação no País, totalmente atribuída pelos palestrantes à ineficiência

¹ Sobre o Instituto de Estudos Empresariais, ver Gros (1990, 1993).

do Estado. O Economista Paulo Rabello de Castro, Vice-Presidente do Instituto Atlântico, apresentou a sugestão dos liberais para resolver a crise na educação: suprimir o ensino universitário gratuito e atribuir à União o financiamento da educação fundamental, através de cheques-educação entregues diretamente às famílias dos educandos de primeiro grau. Dessa forma, segundo a proposta, evitar-se-ia a má distribuição e os desvios das verbas para a educação. Além disso, os pais teriam liberdade para escolher entre a escola pública e a privada para educar seus filhos. A educação média e a superior, a educação técnica, a merenda escolar e o material didático seriam de responsabilidade dos estados e dos municípios.

O Instituto Atlântico, entidade formada por economistas, juristas, etc. para servir como "instrumento de ação" daqueles que defendem a economia de mercado como solução para o País, já havia exposto didaticamente sua proposta para a revisão constitucional em duas cartilhas² elaboradas pelo cartunista Zivaldo, nas quais estão incluídas as idéias sobre educação apresentadas no VII Fórum da Liberdade.

As propostas do Instituto Atlântico são muito semelhantes àquelas apresentadas pelos empresários na sua **Carta ao Poder**, mas contêm mais detalhes sobre sua aplicação prática. Por exemplo, assim como a proposta do cheque-educação, a sugestão do Instituto Atlântico para acabar com os desvios de recursos, as fraudes e o desperdício na rede pública de atendimento à saúde da população seria o cheque-saúde, fornecido anualmente pelo Estado a cada cidadão cadastrado no sistema de saúde. De posse desse cheque, o cidadão poderia escolher (*sic*) com que médicos e em que hospitais faria suas consultas, exames, etc. No capítulo sobre os monopólios e a defesa da concorrência, o Instituto propõe a privatização das estatais e a abertura total da economia brasileira, para que a concorrência internacional reduza a força dos cartéis e dos oligopólios privados.

São Paulo, março de 1994. O Instituto Liberal, entidade dedicada à divulgação das idéias liberais na sociedade brasileira, mantido por grandes empresas nacionais e estrangeiras,³ distribuiu 500 mil exemplares de cartilhas sobre **Cidadania** nas escolas da rede pública municipal. No folheto, elaborado pelo cartunista Maurício de Souza em forma de revista em quadrinhos da Turma da Mônica,⁴ o Instituto Liberal ensina às crianças que só os ideais do liberalismo podem resolver os problemas do Brasil, desde a inflação e a crise econômica até a má qualidade dos serviços públicos, atribuídos exclusivamente à ineficiência e à má administração do Estado, que gasta mais do que arrecada e interfere demais em todas as áreas da vida nacional (FSP, 15.03.94, p.1). De acordo com a concepção liberal clássica, que pressupõe que todos os indivíduos são iguais perante o mercado e que são livres e capazes de resolver individualmente os seus problemas, a cartilha ensina também que a cidadania é produto da boa vontade e da solidariedade entre os indivíduos, relegando ao esquecimento toda a história das lutas políticas que levaram à criação de regras e de instituições democráticas e à conquista dos direitos básicos da cidadania no mundo moderno.

² **PEC. Projeto Nacional Para o País que Tem Jeito**, Instituto Atlântico, RJ; e **O Brasil Tem Jeito. O que Queremos da Revisão Constitucional**, publicação conjunta do Instituto Atlântico e da Força Sindical.

³ Maiores detalhes sobre o Instituto Liberal encontram-se em Diniz e Boschi (1990) e Gros (1993).

⁴ Segundo a Folha de São Paulo (15.3.94, p.1), a edição da revistinha **Turma da Mônica - Cidadania** do Instituto Liberal foi patrocinada pelo BRADESCO, pelo Citibank, pelo UNIBANCO, pelo Shopping Eldorado e pela Metalac.

O lançamento da revistinha **Cidadania** inserir-se num programa de aprimoramento do ensino fundamental, que vem sendo desenvolvido, desde 1989, pelo Instituto Liberal de São Paulo. Através desse programa, o Instituto vem promovendo cursos de reciclagem de professores de primeiro e segundo graus, bem como a pesquisa e a produção de material didático que supere os "conteúdos desatualizados e ideologizados" do ensino brasileiro. O Instituto mantém, ainda com referência ao ensino, uma outra área de atuação intensa junto à Universidade, patrocinando pesquisas, palestras de professores estrangeiros, etc., enfim, todo tipo de atividades que permitam divulgar o liberalismo, principalmente nas faculdades de economia (GROS, 1993).

A menção a esses três exemplos de atividades políticas dos empresários demonstra que, se não podemos identificar entre eles um projeto político hegemônico, é indiscutível a existência de vários grupos e entidades que defendem propostas de organização política e econômica do País baseadas em idéias liberais. Ademais, esses exemplos demonstram, também, que a atividade lobística desses grupos não se restringe à discussão dessas propostas no Congresso revisor. Ao contrário, uma atuação como a do Instituto Liberal nas escolas públicas evidencia o poder de penetração social que têm essas organizações "apolíticas" e "apartidárias", mas que dispõem de enorme quantidade de recursos técnicos e materiais fornecidos pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras que os sustentam, e que lhes permitem promover uma campanha ideológica em massa na rede pública de ensino — que, justamente pela sua natureza "pública", deveria ter seus conteúdos pedagógicos ou programáticos definidos pelas autoridades educacionais nacionais e não por grupos privados.

Lobby e estratégia política

Nossa segunda questão refere-se à utilização do *lobby* como mecanismo de pressão ou de defesa de interesses de setores específicos da sociedade, num país tão marcado por desigualdades econômicas e exclusões sociais como o Brasil e que ainda está vivendo um período de consolidação das instituições e das regras de funcionamento da sociedade democrática.

O recurso ao *lobby* como mecanismo de defesa dos interesses empresariais não é uma novidade no Brasil, pois vem sendo amplamente utilizado desde os governos militares. Contudo o *lobby* é uma estratégia política bastante recente no repertório de recursos utilizados publicamente pelos empresários. A Assembléia Constituinte foi palco de atuação de inúmeros *lobbies* que representavam os interesses de diferentes setores do empresariado brasileiro: os ruralistas, a indústria de informática, de construção civil, as empresas de telecomunicações, o setor bancário, etc., sem falar na tentativa de ação conjunta representada pela União Brasileira de Empresários (UBE), que, com as federações de indústrias e demais entidades empresariais, tentaram obstaculizar a aprovação de modificações na legislação trabalhista, propostas pelos partidos que representavam os interesses populares (CRUZ, 1990; DINIZ, BOSCHI, 1990; GROS, 1989). Mas, como se sabe, essa tentativa foi frustrada, e a UBE teve vida efêmera.

O *lobby* é um mecanismo de defesa de interesses de grupos específicos amplamente usado nas sociedades capitalistas avançadas para pressionar os congressistas ou mesmo o Executivo, a fim de influenciar a aprovação de medidas de regulação econômica, de distribuição dos recursos e de definição das políticas setoriais. Sua utilização é tão intensa

nos EUA, por exemplo, que o número de escritórios de "representação pública" das empresas em Washington praticamente quintuplicou, somente entre as décadas de 60 e 70 (VOGEL, 1983). Apenas à guisa de ilustração, pode-se citar um dos *lobbies* mais poderosos nos Estados Unidos, aquele que atua junto aos "comitês do dinheiro" para a construção civil, no Congresso norte-americano — o Comitê para os Negócios Bancários, de Habitação e de Assuntos Urbanos e o Comitê para Assuntos Financeiros e de Financiamento à Habitação. Esses comitês, cuja responsabilidade é estudar e definir a regulação de todas as atividades relacionadas com esses setores, são constituídos por representantes dos interesses dos segmentos empresariais afetados por essa legislação e são apoiados e financiados pela Associação Americana de Banqueiros, pela Associação Nacional de Construtores e pela Liga Nacional de Empresas de Poupança e Empréstimo (DOMHOFF, 1979).

Ainda que tudo isso demonstre o imenso volume de recursos econômicos e políticos de que dispõem os empresários norte-americanos, vale destacar, para o nosso objetivo nesse comentário, que, numa democracia consolidada e pluralista como a dos Estados Unidos, o *lobby* pode ser usado também para a defesa dos interesses dos cidadãos comuns, desde que organizados.

O ativismo político dos movimentos civis dos anos 60 nos EUA deu como frutos, dentre outros, a constituição de *lobbies* de consumidores, ecologistas, aposentados, minorias sexuais e étnicas, etc. Ainda que não disponham de recursos econômicos comparáveis aos das grandes corporações, esses *lobbies* têm o recurso da mobilização política de diferentes grupos da sociedade civil, da denúncia através dos meios de comunicação de massas e da pressão política através da opinião pública, da participação nas campanhas eleitorais, etc. A partir da ação desses grupos ao longo dos anos 70, e apesar de contrariar os interesses das grandes empresas, o governo norte-americano adotou leis de regulação e restrições das atividades econômicas que dizem respeito, em especial, à defesa do consumidor, à proteção ambiental, à saúde e prevenção de acidentes do trabalho, à aposentadoria, à igualdade de oportunidades de emprego independente de raça, cor, religião, etc. (VOGEL, 1983).

O que queremos argumentar através do exemplo norte-americano é que o *lobby* não é necessariamente um recurso espúrio utilizado pelos economicamente dominantes e poderosos. Ao contrário, faz parte das estratégias de ação política reconhecidas nos sistemas políticos democráticos, ainda que, certamente, as classes dominantes disponham de mais recursos para utilizá-los do que os cidadãos comuns. O que importa é que, nesses sistemas, existe espaço político para as classes populares pressionarem pela aprovação de medidas econômicas que as favoreçam, desde que elas tenham liberdade e capacidade de organização e mobilização política.

Empresários, sociedade e desigualdade política

É nesse contexto que se insere a terceira questão que gostaríamos de abordar nestas notas. Referimo-nos ao questionamento das condições e às conseqüências da utilização dessa estratégia de ação política de Primeiro Mundo, quando transportada para um país com as contradições e as desigualdades do Brasil e com uma tradição política elitista e excludente como a nossa. Não temos a pretensão de responder aqui a uma questão dessa natureza, mas gostaríamos de levantar apenas dois pontos para discussão.

O primeiro deles refere-se, num nível bem concreto, às desigualdades reais existentes entre os mecanismos de representação de interesses de empresários e trabalhadores no Brasil e que se expressam na enorme superioridade de recursos de que dispõem os empresários. Essas desigualdades foram se consolidando ao longo dos processos de criação e de aperfeiçoamento das instituições para a defesa dos interesses de classe no País e se inserem no contexto mais amplo da ordem política fragilmente democrática que ainda rege a sociedade brasileira.

Como é sabido, o sistema político-institucional de relacionamento entre as classes, herdado dos anos 30, foi baseado no corporativismo. Nesse modelo, os órgãos de representação são definidos por região geográfica e por categoria profissional, numa ordem hierárquica que subordina sindicatos, federações e confederações nacionais de trabalhadores (e também de empresários) de um determinado setor econômico ao controle do Ministério do Trabalho. Dessa forma, o Estado regulamenta, arbitra e controla os conflitos entre as classes, não só através da repressão direta sobre os trabalhadores, do controle sobre seus órgãos de representação e da proibição de formação de centrais únicas, mas também, e principalmente, pela despolitização dos conflitos, resultante, dentre outros fatores, da prática de negociações setoriais ou por categorias profissionais (DINIZ, 1992).

É claro que não se podem ignorar as conquistas realizadas pelos trabalhadores, apesar da repressão política que sofreram sobretudo durante os governos militares pós 64. Em especial após as greves de 1978, os trabalhadores conseguiram consolidar um movimento sindical mais autônomo, forte e representativo, pelo menos nos setores mais dinâmicos da economia, e conquistaram novos direitos, referendados pela Constituição de 1988. Entretanto também não se pode ignorar que a taxa de sindicalização ainda é muito baixa entre os trabalhadores brasileiros e que a realidade dos operários do ABC paulista não é a mesma dos trabalhadores de setores menos dinâmicos e de regiões menos desenvolvidas do País.

Em contrapartida, é fácil perceber que os empresários brasileiros, durante as três últimas décadas, ampliaram enormemente os mecanismos de pressão e influência de que dispõem para defender seus interesses frente aos poderes Legislativo e Executivo e também frente à sociedade civil ou às demais classes que a compõem.

Ao longo do período autoritário, os empresários também mantiveram seus sindicatos, federações e confederações nacionais da indústria, comércio, bancos, etc. Contudo, além dessa estrutura oficial de representação e paralelamente a ela, os empresários desenvolveram e aprimoraram uma extensa rede de entidades e mecanismos de acesso ao poder, que inclui associações setoriais, *lobbies* e contatos pessoais com autoridades e políticos.

As associações setoriais, entidades civis que representam os interesses de setores específicos de atividade, como, por exemplo, a Associação Brasileira da Indústria de Base (ABDIB), a Associação Brasileira de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e a Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica (ABINEE), dentre outras, proliferaram especialmente a partir dos anos 70, acompanhando o desenvolvimento e a diversificação das atividades nos setores industrial, financeiro, etc. Na medida em que não sofrem as limitações impostas pela legislação sindical e que representam exclusivamente os interesses específicos de um determinado setor de atividade econômica a nível nacional, essas associações têm maior agilidade para influenciar a definição de políticas que afetam o seu setor (DINIZ e BOSCHI, 1978).

Essa influência era exercida, durante a ditadura, diretamente sobre as instâncias executivas do aparelho de Estado brasileiro, através dos *lobbies* e dos "anéis burocráticos", expressão cunhada por Fernando Henrique Cardoso (1975) para descrever as relações clientelísticas existentes entre empresários, ministros e tecnocratas do Estado, numa fase em que o Congresso tinha pouca ou nenhuma influência sobre a definição das diretrizes políticas ou econômicas do Governo. Com a redemocratização e a relativa recuperação do papel do Congresso como arena de discussão das diferentes demandas da sociedade, seria de se esperar que ocorressem alterações profundas no sistema de relacionamento entre os empresários e o Estado.

Entretanto não encontramos indícios de que isso esteja ocorrendo. Basta observar a estrutura e o funcionamento do *lobby* montado pelos empresários para atuar sobre a revisão constitucional, bem como a abrangência social das atividades promovidas pelo Instituto Liberal, mencionadas anteriormente, ou, ainda, o enorme poder de influência sobre a definição de medidas econômicas demonstrado por entidades como a FIESP, a ANFAVEA ou a FEBRABAN, para citar apenas aquelas mais assíduas no noticiário nacional.

Além disso, os últimos escândalos de corrupção envolvendo parlamentares e interesses privados, como o financiamento das campanhas políticas pelas grandes empreiteiras ou o desvio de verbas do Orçamento da União, parecem comprovar nossos temores. Ao que tudo indica, a instauração da Nova República, com os avanços ocorridos no sentido da democratização de práticas e instituições políticas, não conseguiu alterar esse sistema de privilégios e relações clientelísticas que proporciona imensas vantagens aos empresários e consolida a posição enormemente privilegiada que desfrutam na sociedade brasileira. Posição esta que não é abalada nem pela pressão dos demais setores da sociedade, já que esta não se compõe apenas de empresários e trabalhadores organizados.

Ainda que os movimentos de mulheres, ecologistas, negros, etc. venham se fortalecendo e tenham conseguido exercer alguma pressão sobre o Congresso Constituinte — assim como o movimento dos mutuários do BNH foi bastante atuante nos anos 70 —, esses grupos de interesse ainda não alcançaram a capacidade de mobilização e de pressão que exercem em outras sociedades.

Parece que os quase 10 anos de redemocratização ainda não foram suficientes para consolidar mudanças substanciais no estilo político dominante, no qual o desrespeito à necessária separação entre o público e o privado é apenas uma das características, à qual se somam o arcaísmo das relações de trabalho e o autoritarismo nas relações da burguesia e do Estado para com os "socialmente inferiores" (O'DONNELL, 1988a).

Este é o último ponto que queríamos mencionar e que, no nosso entender é conclusivo, por sintetizar a discussão sobre o empresariado e suas estratégias de ação numa sociedade com as características da brasileira. Trata-se do desafio às classes populares de conseguirem modificar o estilo político predominante na sociedade brasileira, que é profundamente elitista, excludente, fundado em relações pessoais e no clientelismo, em fortes regionalismos, em uma fraca disciplina partidária e na indefinição ideológica da maioria dos partidos.

Esse estilo de fazer política e de governar é uma herança da política oligárquica predominante no Brasil até 1964 e que, segundo O'Donnell (1988, p.63), se mantém até hoje. Além das dificuldades econômicas evidentes, as classes populares brasileiras sofrem ainda as marcas da nossa herança escravagista, do autoritarismo que perpassa não só as relações de trabalho, mas a sociabilidade em geral, e da falta de instituições políticas verdadeiramente democráticas, apenas para citar alguns dos elementos que

explicam a enorme dificuldade que os setores populares têm de se organizarem como atores coletivos e de ocuparem algum espaço na política nacional. É evidente que estamos nos referindo a processos históricos longos e complexos, que não podem ser discutidos aqui. O que nos interessa é frisar a enorme distância que existe entre as classes dominantes e os setores populares no Brasil e o quanto estes últimos são prejudicados num jogo de poder baseado em relações pessoais que se dão entre atores tão desiguais (O'DONNELL, 1988a, p.79).

No Brasil, estamos lidando com uma sociedade que apresenta um enorme contraste entre a "opulenta modernidade", representada pelo desenvolvimento econômico, em especial de determinados setores de certas regiões do País, e a "abrumadora pobreza" (O'DONNELL, 1988a, p.74) da grande maioria da população, com seus problemas de desemprego, marginalidade, violência e péssimas condições de vida a que está submetida.

Essa ordem política e social profundamente desigual e excludente não pode ser atribuída, como querem alguns empresários, apenas ao gigantismo e à ineficiência do Estado, que são negáveis. O problema é muito mais complexo, e parece-nos que qualquer projeto burguês de "modernidade" terá que contemplar essas questões com um pouco mais de profundidade. Afinal, propostas como a privatização do ensino e da saúde através do cheque-educação e do cheque-saúde, como quer o Instituto Atlântico, podem servir para resolver problemas de parcelas inferiores da classe média.

No entanto acreditamos que, para a grande maioria da população brasileira, a questão principal não é ter a "liberdade" de escolher entre a escola pública e a privada para educar seus filhos, mas, sim, resolver as enormes dificuldades que tem para suprir necessidades que são anteriores à chegada de seus filhos na escola: moradia, alimentação, vestuário, transporte, etc. Enquanto a proposta dos empresários for diminuir ainda mais a sua parcela de contribuição para os fundos públicos, de que é exemplo a sua proposta de redução dos impostos sobre o lucro, não nos parece que estejam dispostos a contribuir para a implantação de um modelo político e econômico menos excludente e mais igualitário, que incorpore também as necessidades da maioria da população.

Bibliografia

- CRUZ, Sebastião C. Velasco (1990). **Fragmentos do novo?** Brasil: empresariado e crise no limiar dos anos 90. Santiago, CLACSO/ILET. 38p. (mimeo).
- DAVIS, Mike (1981). The new right's road to power. **New Left Review**, n.128, p.28-49.
- DINIZ, Eli (1992). Neo-liberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil. In: DINIZ, Eli org. **Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90**. Florianópolis: UFSC/IDACON.
- DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato Raul (1978). **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 207p.
- DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato Raul (1990). **Brasil: um novo empresariado?** Balanço de tendências recentes. Santiago: CLACSO/ILET. 27p. (mimeo).
- DOMHOFF, G. W. (1979). **The powers that be: process of ruling class domination in America**. New York: Vintage Books. 206p.

- EXAME (1994). São Paulo: Abril, v.26, n.3, p.98, 2 fev. (Edição 500).
- FOLHA DE SÃO PAULO (15.3.94). São Paulo, p.1, cad.3.
- FOLHA DE SÃO PAULO (19.2.94). São Paulo, p.9, cad.1.
- FOLHA DE SÃO PAULO (23.3.94). São Paulo, p.8, cad.1.
- GROS, Denise Barbosa (1989). Os industriais gaúchos e a Constituinte: uma reflexão acerca do movimento pela liberdade empresarial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.9, n.2, p.130-146.
- GROS, Denise Barbosa (1990). Empresariado e atuação política na Nova República: notas sobre as entidades liberais no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.17, n.4.
- GROS, Denise Barbosa (1993). Liberalismo, empresariado e ação política na Nova República. In: DINIZ, Eli org. **Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90**. Florianópolis: UFSC/IDACON. p.134-153.
- ISTO É (1994). São Paulo: Três, n.1271, p.5-7, 9 fev.
- O'DONNELL, Guillermo (1988). Transições, continuidades e alguns paradoxos. In: REIS, F. W., O'DONNELL, G. org. **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice. p.41-71.
- O'DONNELL, Guillermo (1988a). Hiato, instituições e perspectivas democráticas. In: REIS, F. W., O'DONNELL, G. org. **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice. p.72-90.
- VOGEL, David (1983). The power of bussiness in America: a re-appraisal. **British Journal of Political Science**, n.13, p.19-43.